

LITERATURA DE AUTORIA DE NEGROS BRASILEIROS (LANBR) NO ENSINO ANTIRRACISTA: O que dizem os professores de escolas públicas estaduais da Amazônia Paraense?

Dulcicleia Tavares de Almeida¹
Lauren dos Santos Peniche²

RESUMO

Neste estudo, propomos uma investigação sobre o uso da LANBR para uma educação antirracista aos alunos do Ensino Médio de escolas públicas da Amazônia Paraense. Isto se deve a necessidade de instrumentos de ensino que possam contribuir com práticas docentes ao combate do racismo, então, defendemos o uso dessa literatura. Inicialmente, realizamos uma pesquisa bibliográfica em que buscamos reflexões sobre a necessidade de se discutir na escola pública básica, o racismo e o antirracismo, bem como, de conhecer definições e conceitos sobre a LANBR. Posteriormente, utilizamos uma pesquisa qualitativa tendo como participantes 5(cinco) professores de Língua Portuguesa e Literatura que atuam em escolas públicas estaduais na periferia da região metropolitana de Belém-PA. Os resultados evidenciam que abordagens em sala de aula com o uso da LANBR pode contribuir no combate ao racismo por possibilita uma prática eficaz na formação de alunos mais consciente do seu papel na busca por uma sociedade antirracista e, sobretudo, na autoaceitação da sua própria origem. Mas para mediar este processo é preciso que os professores conheçam e utilizem as obras da LANBR.

Palavras-chave: Literatura de autoria de negros brasileiros. Educação antirracista. Escola pública. Ensino Médio. Amazônia Paraense.

LITERATURE AUTHORED BY BLACK BRAZILIANS (LANBR) IN ANTI-RAACIST TEACHING: What do state school teachers in the Amazon region of Pará say?

ABSTRACT

In this study, we propose an investigation into the use of LANBR for anti-racist education for high school students in public schools in the Para Amazon. This is due to the need for teaching tools that can contribute to teaching practices to combat racism, so we advocate the use of this literature. Initially, we carried out a bibliographical survey in which we sought reflections on the need to discuss racism and anti-racism in basic public schools, as well as getting to know definitions and concepts about LANBR. Subsequently, we used qualitative research with 5 (five) Portuguese Language and Literature teachers working in state public schools on the outskirts of the metropolitan region of Belém-PA as participants. The results show that classroom approaches using LANBR can contribute to the fight against racism by enabling an effective practice in training students to be more aware of their role in the search for an anti-racist society and, above all, in the self-acceptance of their own origin. But in order to mediate this process, teachers need to be familiar with and use the works in the LANBR.

Keywords: Literature written by black Brazilians. Anti-racist education. Public schools. High school. Pará Amazon.

Recebido em 15 de abril de 2025. Aprovado em 20 de outubro de 2025

¹ Licenciada em Língua Portuguesa e Discente do curso de Especialização em ERER pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA. Mestranda em Estudos Linguísticos na Universidade Federal do Pará - UFPA. Professora da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC/PA. E-mail: adm.dulcicleia@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6385-5431>

² Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Pará- Programa EDUCANORTE. Graduada em Licenciatura em Música pela Universidade Estadual do Pará – UEPA, Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia -UNAMA, Professora do Instituto Federal do Pará –IFPA. E-mail: laurenir.peniche@ifpa.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3354-39283>

INTRODUÇÃO

A escola pública vivencia um momento de grande manifestação de ideias por parte dos alunos, isto se deve também a mobilização de docentes empenhados em levar ao contexto de sala de aula, diversas práticas que possibilitam aos alunos dialogarem sobre temáticas que implicam a sociedade. No entanto, quando se fala em racismo ainda se percebe um certo estranhamento na discussão desta temática que, apesar de pujante na sociedade, suscita discussões delicadas em escolas públicas estaduais na Amazônia Paraense, necessitando, assim, de instrumentos de ensino que possam contribuir com práticas docentes à educação antirracista.

Neste sentido, ao se reconhecer a necessidade de os alunos estarem em contato com discussões que possam promover reflexões sobre as questões étnico-raciais, principalmente, quando envolve o preconceito contra a população negra, nos inquieta indagar: Será que os professores de Língua Portuguesa e Literatura utilizam obras da Literatura de Autoria de Negros Brasileiros (LANBR) em suas aulas para combater o racismo? Em virtude disto, o objetivo deste estudo é investigar o uso de obras da LANBR em práticas docentes por professores de Língua Portuguesa e Literatura à educação antirracista aos alunos do Ensino Médio em escolas públicas estaduais na periferia da região metropolitana de Belém, Estado do Pará.

Para tanto, por meio de pesquisa qualitativa, investigamos professores de Língua Portuguesa e Literatura que atuam nessas escolas. A investigação está ancorada na pesquisa bibliográfica, com as contribuições de estudiosos que discutem fenômenos que emergem da sociedade e que implicam na educação como Munanga (2005), Tardif e Lessard (2005), Fanon (2008), Candau (2008), etc.; e em autores que se debruçam nos estudos literários e na sociedade como Candido (1995), Ianni (1988), Cuti (1985; 2010), Barros (2023), Filho (2024), etc.

O trabalho está organizado em quatro seções. Após esta introdução (primeira seção), na segunda seção, descrevemos os materiais e métodos utilizados na realização desta pesquisa; na terceira seção apresentamos os resultados obtidos com a investigação e as suas discussões; e na quarta seção, depositamos nossas últimas impressões com a conclusão do trabalho.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o alcance do objetivo deste estudo, inicialmente, realizamos uma pesquisa bibliográfica e por meio do levantamento bibliográfico, selecionamos autores que abordam a necessidade de se discutir no ensino público básico, práticas docentes que envolve racismo e antirracismo como Munanga (2005), Tardif e Lessard (2005), Fanon (2008), Candau (2008), etc., e estudiosos que contribuem com elucidações de definições e conceitos da LANBR como Candido (1995), Ianni (1988), Cuti (1985; 2010), Barros (2023), Filho (2024), etc.

Posteriormente, adotamos a pesquisa de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, e exploratória quanto aos objetivos (Severino, 2007). Quanto aos procedimentos técnicos e instrumentais para a coleta de dados foi orientada pelas concepções de Yin (2001), em que se optou pelo estudo de caso. Os participantes da pesquisa foram 5(cinco) professores atuantes no ensino da Língua Portuguesa e Literatura do Ensino Médio de 5(cinco) escolas públicas estaduais, situada na região metropolitana de Belém, norte do Brasil, portanto, integrantes da Amazônia Legal.

As entrevistas ocorreram no período de 10 a 25 de setembro de 2024, os locais foram as escolas, em que os professores trabalham por ser de fácil acesso tanto para os participantes e para que a pesquisadora conhecesse o local da investigação. Os dados foram coletados de forma individual, com o auxílio de roteiro de entrevista semiestruturada, realizada pessoalmente. O roteiro possui os seguintes questionamentos: Grupo I: 1- Identificação, 2- Sexo, 3- Idade, 4- Graduação, 5- Formação continuada, 6- Tempo de serviço com o ensino da Língua Portuguesa

e Literatura; e Grupo II - Você considera importante trabalhar as relações étnico-raciais em sala de aula? Por que? 2- De que forma você cumpre a Lei 10.639/03? 3- A sua escola oferece formação continuada aos professores para trabalharem as relações étnico-raciais com seus alunos? 4- Você utiliza obras literárias para trabalhar o combate ao racismo? Se sim, quais abordagens importantes você já discutiu com seus alunos a partir destas obras? 5- Você acredita que obras de autoria de negros brasileiros contribuem para uma educação antirracista? Por que?

Após a coleta, a partir das entrevistas com os participantes, os dados do Grupo I foram classificados e organizados em quadro para que se possa compreender melhor os resultados, e os dados do Grupo II foram analisados conforme as luzes teóricas que embasam este estudo, postulados na próxima seção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção apresentamos os resultados e as discussões da pesquisa bibliográfica e da coleta de dados do estudo de caso. Em relação à pesquisa bibliográfica, apresentamos duas discussões, a primeira se trata do racismo e antirracismo: pautas urgentes nas práticas docentes em escolas públicas, e a segunda discorremos sobre conceitos e definições da LANBR. No estudo de caso, inicialmente apresentamos os resultados que apontam quem são os professores de Língua Portuguesa e Literatura de escolas públicas estaduais da região metropolitana de Belém participantes da pesquisa; posteriormente, discutimos o que estes professores dizem sobre a temática discutida.

Racismo e antirracismo: pautas urgentes nas práticas docentes em escolas públicas

A educação básica no Brasil, ao longo destes últimos 20 anos, vem passando por um processo de reformulação nas suas diretrizes, essencialmente, pautas que envolvem as minorias como a população negra, com o propósito de eliminar desigualdades, exclusão e invisibilidade, preconceitos e racismo, seja no contexto escolar, seja nos diversos espaços sociais. Nestas reformas está a Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) que modificou a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - LDB (Brasil, 2019), quando incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino Básico, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”.

O protagonismo da aprovação desta Lei se deve aos esforços, principalmente, do Movimento Negro que luta pela legitimidade dos direitos da população negra em diversas estâncias da sociedade, e o direito de conhecer a história do negro brasileiro é uma delas. No contexto atual, o que se busca é o cumprimento desta Lei, já que a escola é um espaço de criticidade da sociedade, discutir sobre as culturas Afro-brasileira e Africana será um grande avanço à autoaceitação, identificação e pertencimento às matrizes Afro-brasileira e Africana por parte de alunos negros, bem como, a sua aceitação pelo não negro como forma de eliminar qualquer tipo de discriminação, e a escola pode ser o ponto de partida.

Ao se conceber à escola nesta dimensão, nos instiga pensar que é a partir da educação que se deve fomentar discussões sobre as relações que envolvem o negro e tensões sociais como o racismo, já que “não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa. Neste sentido, não é possível conceber uma experiência pedagógica “desculturalizada”, isto é, desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade” (Candau, 2008, p. 13). Isto se deve ainda porque as questões sociais emergem fora da escola, mas atravessam seus muros e se propagam de forma latente no ambiente escolar.

Nas relações que envolvem educação e cultura, o professor deve ter a consciência de que o contexto de sala de aula é diverso e exige dele, além da mediação de saberes formais, lidar com questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem, ao capacitismo, à identidade de gênero, as relações étnico-raciais, etc. Esta última tem forte abordagem ao preconceito contra

o negro que, muitas vezes, está no cotidiano da sala de aula na interação entre os alunos e precisa de respostas imediatas. É um processo que deve ser incluído na prática docente e o professor precisa ter conhecimentos para dar conta de toda esta dimensão.

Na atividade docente, a interação humana é essencial, como bem apontam Tardif e Lessard (2005), a docência é uma profissão que se fundamenta na interação humana, quando ensinar é trabalhar com/sobre/para seres humanos. Dessa forma, na dinâmica do contexto de sala de aula é necessário um olhar voltado para as relações, pois podem emergir situações que apontem para o racismo. Tais situações podem passar despercebidas, pois ocupado com suas tarefas, o professor algumas vezes nem fica sabendo que durante sua aula alguém sofreu algum tipo de preconceito, por outro lado, pode ser que ele não esteja preparado para identificar e lidar com situações preconceituosas e outras violências.

Alguns professores, segundo Munanga (2005), seja pela falta de preparo, seja devido ao preconceito neles introjetados, não sabem se apropriar das situações de flagrantes de discriminação no ambiente escolar e no contexto de sala de aula, para transformar em prática pedagógica, discutir a diversidade e conscientizar seus alunos para a importância da riqueza que esta diversidade acrescenta à nossa cultura e identidade nacional. A partir desta reflexão, é preciso que o professor adquira práticas pedagógicas pautadas nas relações étnico-raciais, identifique atitudes racistas e converta-as em ações que conduzam seus alunos a olhar o outro não como adversário, mas como sujeito que tem trocas importantes à sua constituição.

O racismo é um fenômeno social e a escola como formadora de cidadãos deve estar preparada para saber lidar com comportamentos racistas, em particular, à docência já que se trata de “[...] uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu “objeto” de trabalho, que é justamente um outro ser humano, no modo fundamental da interação humana” (Tardif e Lessard, 2005, p. 8). Assim, de posse dos preceitos desta atividade que forma seres humanos, o professor precisa ter em mente que seu ofício envolve situações conflituosas como racismo e outras tensões, por isso deve conduzir seus alunos a um pensamento humanizado e livre de preconceitos.

Para Munanga (2005, p. 17), “Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas.” Isto nos leva a pensar que não é suficiente não ter atitudes racistas é preciso combatê-lo com atos antirracista, portanto, além dos saberes do ensino formal, o professor deve ter sensibilidade para reconhecer no contexto de sala de aula situações que possam apontar para o desconforto de alguns alunos, especialmente, de ascendência afro-brasileira, quando há uma predominância na escola pública de pretos e pardos que, muitas vezes, sofrem diante do racismo e não sabem como agir.

Diante disso, é fundamental que se discuta sobre relações étnico-raciais nos cursos de formação inicial docente, aprofunde-as nas formações continuadas, e que cheguem reflexões consistentes nas escolas junto aos alunos. As práticas docentes devem estar alinhadas com leis, diretrizes e concepções pautadas no ensino das Culturas Afro-brasileira e Africana, a fim de mudar o pensamento racista, pois “a nossa história está marcada pela eliminação física do “outro” ou pela sua escravização que também é uma forma violenta de negação da sua alteridade” (Candau, 2008, p. 17), mas o professor capacitado pode desconstruir ideias que se filiem à negação do negro na sociedade.

Nos debates sobre racismo, Munanga (2005), afirma que os diversos discursos e formas de falar sobre esta temática procuram capitalizar o aspecto prático do que já vem sendo abordado, “acúmulo de discussão”, primordialmente, na intelectualidade e na militância negras, quando se privilegia o conflito entre o papel desempenhado pela escola na reprodução do racismo e o papel que deveria desempenhar no seu combate. A posição do autor reforça a urgência de se discutir o racismo, não apenas na dimensão do papel da escola neste processo,

mas do que realmente no cotidiano estamos ensinando aos nossos alunos sobre o racismo e as práticas antirracistas de como combatê-lo.

O processo de exclusão dos negros na sociedade brasileira e o papel da escola neste processo deve ser tema constante da reflexão de professores, segundo defende Candau (2008, p. 16) “as questões culturais não podem ser ignoradas pelos educadores e educadoras, sob o risco de que a escola cada vez se distancie mais dos universos simbólicos, das mentalidades e das inquietudes das crianças e dos jovens”. Neste sentido, há de se considerar que a prática docente é plural, pois o professor ao longo de seu percurso adquire novas habilidades e agrega aos seus saberes, inclusive, as questões culturais que não podem estar desvinculadas do contexto educacional, já que o aluno, como sujeito social nesta sociedade multicultural, precisa compreender o seu lugar e respeitar o do outro.

Nesta direção, a prática docente implica em estabelecer um diálogo a partir de um saber que assegure, não apenas, a mediação do que é prescrito nas diretrizes curriculares que, inevitavelmente, expressa uma concepção de mundo eurocêntrico, mas possibilitar discussões que debatam esta sociedade excludente, sendo o negro a principal vítima. Assim, é necessário que a escola faça um mapeamento de práticas escolares voltadas ao tratamento da temática étnico-racial e, a partir disto, promova espaços formativos para apoiar seus profissionais ao combate do racismo. Tais espaços, podem ajudar a identificar e reconhecer situações de racismo, apoiar práticas docentes antirracistas e possibilitar uma educação que valorize a diversidade étnico-racial em escolas públicas na Amazônia.

Posto isto, para contribuir nesse processo é preciso que se conheça práticas mais assertivas e que sejam de interesse dos alunos. Na próxima seção contemplamos uma abordagem sobre a LANBR, cujo autores e temáticas podem ser de interesse dos alunos por refletir sobre questões raciais do Brasil.

O que é LANBR?

Quando foi instituída a Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003), muito se questionou como se desenvolveriam práticas pedagógicas em sala de aula para uma educação antirracista se o professor, na sua formação inicial, não foi preparado para este tipo de ensino. Esta inquietação revelou uma problemática levantada por muitos professores brasileiros: Como cumprir a Lei nº 10.639/03 se o professor não tem formação para tal? Isto mobilizou em 2004 o MEC e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana (DCNERER, 2004), com objetivo de orientar profissionais da educação, primordialmente, o professor ao cumprimento desta lei.

Segundo as DCNERER (2024), reconhecer as contribuições do negro na sociedade brasileira:

[...] implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros (Brasil, 2024, p. 11-12).

Já estamos com mais de duas décadas da vigência Lei nº 10.639/03 e da DCNERER, e vimos na subseção anterior que muitos docentes ainda não dispõem de um aparato prático e teórico que, realmente, seja capaz de provocar discussões de combate ao racismo ou qualquer tipo de discriminação contra a pessoa negra em escolas públicas. Não há como negar que as forças dirigentes representam um entrave ao cumprimento destes documentos oficiais, seja pelo discurso eurocêntrico introjetado nos livros didáticos que distância o professor de práticas docentes humanizadas quanto à temática diversidade, seja ainda pela falta de uma formação continuada que possa instigar a busca, não só de instrumentos de ensino (livros, músicas, depoimentos, entrevistas, filmes, obras literárias, etc.) como um olhar mais preciso para as situações que possam apontar o racismo na escola e na sociedade.

Como forma de atender a estes documentos oficiais, sugerimos como instrumento de ensino, as obras da LANBR por abordarem a questão racial, sobretudo, o racismo estrutural, entranhado na sociedade brasileira e que reverbera na escola. Cabe clarificar que esta literatura vem ganhando espaço nas discussões e debates por ser substanciada na realidade do negro, nos encantos e desencantos, e dependendo da perspectiva dos literatos e estudiosos, é intitulada Literatura Negro-brasileira, literatura Afro-brasileira ou Literatura negra.

A Literatura Negro-brasileira, segundo Cuti (2010), emerge do povo negro que se constituiu em território fora da África, no caso o Brasil, com suas vivências e seus saberes, já que os negros aqui escravizados não trouxeram nenhuma literatura escrita, e sim a riqueza da literatura oral. A essência é a representação literária a partir do ponto de vista do negro, e não por meio do olhar do outro, é trazer à baila as condições de produção de um lugar que só o negro conhece porque a sua subjetividade o sustenta.

Para Cuti (2010) as produções desta autoria trazem:

Os sentimentos mais profundos vividos pelos indivíduos negros são o aporte para a verossimilhança da literatura negro-brasileira. [...] O sujeito étnico negro do discurso enraíza-se, geralmente, no arsenal de memória do escritor negro. E a memória nos oferece não apenas cenas do passado, mas formas de pensar e sentir, além de experiências emocionais (Cuti, 2010, p. 87-89).

A representação literária, segundo o autor, transporta o leitor para o passado a fim de que ele conheça a verdadeira história do negro para que possa refletir no presente, a sua constituição que é visível em diversos aspectos da sociedade brasileira, (culinária, música, dança, artes plásticas e literária, no jurídico, na docência, etc.), mas também, na marginalização, lugar que a branquitude insiste em colocá-lo. Esta literatura é um instrumento ao combate do racismo estrutural, operando uma literatura de si.

O autor defende que nas experiências da literatura Negro-brasileira, o autor negro é singular, ele “[...] começa a trazer a marca de uma experiência de vida distinta do estabelecido. A emoção - inimiga dos pretensos intelectuais neutros - entra em campo, arrastando dores antigas e desatando silêncios enferrujados. É a poesia feita pelo negro brasileiro consciente” (Cuti, 1985, p. 15) do seu papel nesta sociedade e não se curva à branquitude do modismo europeu, operado na Literatura brasileira canonizada.

Na Literatura Afro-brasileira, o negro ganha total notoriedade, há a representação de suas vivências, da valorização dos saberes e ancestralidade, pois “O negro é o tema principal da literatura Afro-brasileira ou negra. Sob muitos enfoques ele é o universo humano, social cultural e artístico” (Ianni, 1998, p. 92). Tais enfoques revelam as ricas contribuições na construção da sociedade brasileira, mas também uma produção de denúncia, fundamentalmente, do racismo e marginalização do negro.

Conforme Duarte (2010, p. 5) “o termo afro-brasileiro, por sua própria configuração semântica, remete ao tenso processo de mescla cultural em curso no Brasil desde a chegada dos

primeiros africanos. Processo de hibridação étnica e lingüística, religiosa e cultural.” A literatura Afro-brasileira é parte desse processo, já que suas obras segundo Ianni (1998), organizam uma parte fundamental da consciência social do negro brasileiro, e também “Refletem as inquietações, as reivindicações, as buscas de alternativas, os sentimentos de mundo, que se espalha por todos os recantos das vidas dos indivíduos, as famílias, dos grupos, e classes; e atravessam a história da sociedade brasileira” (Ianni, 1998, p. 99).

Na reflexão de Barros (2023) a Literatura Afro-brasileira abrange não só elementos da arte, mas uma energia que esculpi a identidade nacional e nos instiga ao reconhecimento e a comemoração das diversas contribuições afrodescendentes ao Brasil, ao promover a construção de uma identidade nacional na perspectiva da inclusão, do respeito e da fidelidade às matrizes. Então, a abrangência desta literatura é capaz de preencher as fendas que a Literatura Brasileira deixou ao colocar o negro em um lugar de menor prestígio em suas obras, sendo ele o principal desencadeador das diversas manifestações culturais e sociais que se conhece na atualidade.

A concepção de Literatura Negra, segundo Filho (2024), utilizada no Brasil e em outros países da América tem como essência a situação histórica vivenciada pelos negros que envolve reivindicações de valores caracterizadores de uma identidade específica, assumida nas obras literárias:

uma literatura feita por negros ou por descendentes assumidos de negros e, como tal, reveladora de visões de mundo, de ideologias e de modos de realização que, por força de condições atávicas, sociais, e históricas condicionadoras, caracteriza-se por uma certa especificidade, ligada a um intuito claro de singularidade cultural (Filho, 2024, p. 185).

Esta definição nos leva a inferir que a Literatura Negra, da mesma forma que a Literatura Afro-brasileira e a Literatura Negro-brasileira, assume expressamente ser a voz protagonista e legitimada daquele que vivenciou e vivencia a história que está sendo narrada, o negro. Por isso, não há como negar que o enfoque apresentado nestas denominações literárias apresenta temáticas que vêm preencher as lacunas que omitem o protagonismo, a luta e a história do negro na literatura brasileira. Elas apresentam a escrita do próprio negro falando de si do seu ponto de vista, da relação com as matrizes Afro-brasileira e africanas e, fundamentalmente, do seu contexto de marginalização, são engajadas em desvelar as relações conflituosas entre negro e sociedade brasileira e o produto, muitas vezes, é o racismo.

Por tratar das relações que envolve o negro brasileiro e as suas matrizes, tendo forte influência na formação da sociedade, Barros (2023) admite que a cultura afro-brasileira protagoniza um papel essencial na formação da identidade nacional, sendo uma herança cultural nata dos africanos escravizados no momento colonial e que está presente e ativa em todas as áreas da sociedade brasileira, como visto na literatura. O autor constata que o negro e as suas várias manifestação sociais têm influência direta na constituição do que hoje vemos edificado na sociedade brasileira, ou seja, nas diversas áreas da vida.

As discussões que envolvem esta literatura, constata a valiosa ideia de Antonio Cândido (1995) ao afirmar que a literatura é um direito do ser humano, por ela confirmar e negar, propor e denunciar, apoiar e combater, possibilitando vivenciarmos dialeticamente as problemáticas. Por tanto, a literatura abre novos espaços de discussões a partir do imaginário que reflete a vida real e atinge a consciência do leitor que, muitas vezes, pode estar inserido em um contexto de marginalização cruel como o racismo, sendo as narrativas um ponto de partida para despertar e mobilizar a ação contra este crime.

Ter acesso à literatura escrita por negros brasileiros é um direito dos estudantes por ela refletir e refratar a realidade do negro em diversos contextos sociais no Brasil, e quando observamos adolescentes e jovens negros nos espaços das escolas públicas e as tensões que envolvem a diversidade, temos que nos conscientizar sobre a nossa responsabilidade enquanto

professores de eliminar qualquer preconceito que venha afetar nossos alunos na sala de aula, na escola e na sociedade.

Algumas obras da LANBR

A partir dos expostos e como forma de contribuir com práticas docentes antirracistas na escola, buscamos algumas obras desta autoria que podem levantar importantes reflexões nos diálogos propostos por professores de Língua Portuguesa e Literatura em sala de aula, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1: Autorias de escritores negros brasileiros

Categorias				
	Autor/Obra Literária/Ano	Temática Principal	Ponto de vista	Personagem negro: Função
1	Aluísio de Azevedo, <i>O Cortiço</i> , 1890	Crítica às instituições públicas e ao racismo; preconceito, marginalização e violência contra a mulher negra; e autoaceitação do negro.	Negro	Protagonista
2	Lima Barreto, <i>Clara dos Anjos</i> , 1922	Crítica às instituições públicas e ao racismo; preconceito, marginalização e violência contra a mulher negra; e autoaceitação do negro.	Negro	Protagonista
3	Carolina de Jesus, <i>Quarto de despejo: diário de uma favela</i> , 2014	Crítica às instituições públicas e ao racismo; marginalização da mulher negra; e autoaceitação do negro.	Negro	Protagonista
4	Conceição Evaristo, <i>Olhos D'água (Conto Maria)</i> , 2014	Crítica às instituições públicas e ao racismo; preconceito, marginalização e violência contra a mulher negra; e autoaceitação do negro.	Negro	Protagonista
5	Zélia Amador de Deus, <i>Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse</i> , 2019	Crítica às instituições públicas e ao racismo; marginalização das populações indígenas e negras, a luta pela autonomia feminina e a relação entre tradição e modernidade	Negro	Protagonista

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Em *O Cortiço* (1890), Aluísio Azevedo não apenas retrata as desigualdades sociais e raciais da época, mas também lança luz sobre o racismo específico enfrentado pela mulher negra no Brasil de 1890. A personagem Joana, uma das protagonistas, exemplifica como as mulheres negras eram duplamente marginalizadas — pela condição de gênero e pela cor da pele. Azevedo, ao descrever as relações dentro do cortiço, enfatiza a sexualização e a objetificação das mulheres negras, o que reflete uma sociedade profundamente racista e patriarcal. Esse racismo, especificamente contra a mulher negra, manifesta-se tanto no campo social quanto nas relações afetivas e de classe, quando ela é constantemente reduzida à sua condição de mulher e escravizada pelo olhar colonial que ainda perdura no Brasil pós-abolição.

Segundo Lélia Gonzalez (1988), o racismo no Brasil é marcado por uma “desvalorização da mulher negra”, que não só é estigmatizada como um símbolo da exploração sexual, mas também privada de espaços de poder e respeito dentro da sociedade. A autora aponta que o estereótipo da mulher negra como “hipersexualizada” e “submissa” ainda é um legado da escravidão, uma marca que se perpetua nas relações sociais, tornando a mulher negra um alvo fácil de abusos e opressões. Dessa forma, a obra de Azevedo não só denuncia a desigualdade de classes e o racismo estrutural, mas também coloca em evidência a figura da mulher negra como um dos pilares da marginalização, uma reflexão que permanece atual e profundamente relevante nas discussões contemporâneas sobre o racismo no Brasil.

Na obra *Clara dos Anjos* (1922), Lima Barreto não só critica as disparidades sociais e raciais no Brasil do início do século XX, mas também aborda de forma dolorosa a vivência da mulher negra frente à opressão racial e de gênero. A personagem Clara, embora dotada de certo potencial para ascender socialmente, é constantemente marginalizada devido à sua condição de mulher negra, o que reflete as barreiras invisíveis e estruturais impostas a essas mulheres, tanto na sociedade carioca da época quanto no Brasil contemporâneo. Ao tentar conquistar um espaço dentro da sociedade, Clara se vê presa a um ciclo de racismo e exploração, revelando como a mulher negra se torna alvo de uma violência sutil, mas devastadora, que permeia as relações familiares, amorosas e sociais.

Para Souza (2023), o racismo contra a mulher negra não se limita à opressão racial explícita, mas se entrelaça com o racismo estrutural e institucional, que se reflete nas interações cotidianas, desde a educação até o mercado de trabalho, e nas próprias relações afetivas. A autora admite que, na sociedade brasileira, a mulher negra carrega uma “história de invisibilidade” que é amplificada pela imposição de padrões de beleza eurocêntricos e pela hipersexualização de seu corpo, o que coloca Clara dos Anjos como uma personagem que reflete a luta contra esses estigmas, tentando sobreviver dentro de um sistema que a define por sua cor e seu sexo. Assim, Lima Barreto, ao apresentar Clara como uma vítima das expectativas sociais e raciais, oferece uma crítica não só ao Brasil do seu tempo, mas também às estruturas que continuam a marginalizar a mulher negra, ainda muito presentes nas dinâmicas sociais do Brasil atual.

Quarto de despejo: diário de uma favela (2014), de Carolina de Jesus, é uma obra potente que dá voz a uma mulher negra, pobre e periférica, e ao mesmo tempo expõe de forma crua e realista as mazelas do racismo e da desigualdade social no Brasil. A autora, por meio de seu diário, compartilha seu cotidiano na favela do Canindé, em São Paulo, abordando a luta pela sobrevivência em um contexto de exclusão e opressão. A experiência de Carolina reflete o impacto do racismo estrutural, que não só marginaliza as pessoas negras economicamente, mas também as desumaniza, negando-lhes acesso a direitos fundamentais prescritos na CF de 1988.

O racismo abordado por Fanon (2008), revela que este crime não é apenas uma questão de atitudes individuais, mas sim uma violência estrutural que se insere nas instituições, nas relações sociais e na construção de identidades. Para Fanon, o negro é constantemente visto pela sociedade por meio da ótica da inferioridade, o que resulta em uma constante luta pela afirmação da própria humanidade. Assim, a obra de Carolina de Jesus é uma denúncia das disparidades raciais e sociais no Brasil, revelando as consequências do crime do racismo e as condições socioeconômicas na qual as pessoas negras são relegadas nas periferias do Brasil.

Em *Olhos D'água* (2014), coletânea de contos de Conceição Evaristo, assim como toda a sua antologia, é marcada pela Escrivência, termo cunhado por Evaristo (2020) que se apresenta:

[...] em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma

imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também (Evaristo, 2020, p. 30).

Com a Escrivência Evaristo rompe a barreira da marginalidade contra o negro pela tomada do corpo escravizado e da palavra negada à senzala. Ela representa uma reviravolta na Literatura por retratar vozes adormecidas silenciadas pelo sistema escravocrata, mas ganham vida com personagens negras e valoriza interpretações, sentimentos e o direito de cada pessoa negra, falar por si sobre suas experiências e vivências, sendo preservada a sua condição humana.

A obra *Olhos D'água*, apresenta esta essência por abordar de maneira sensível e profunda as questões de raça, identidade e resistência feminina, fundamentalmente, no contexto da mulher negra no Brasil. Suas personagens retratam as dificuldades e os desafios impostos pelo racismo estrutural, que atinge diretamente o acesso a direitos, a valorização social e a possibilidade de ascensão das mulheres negras. Evaristo denuncia as marcas do racismo nas relações interpessoais, na exclusão e na marginalização social.

A reflexão sobre essa experiência coaduna com o pensamento de Grada Kilomba (2019), ao analisar as formas como o racismo opera não apenas nas relações sociais, mas também nas relações psicológicas, marcando o corpo e a subjetividade dos negros. Kilomba argumenta que o racismo não se manifesta apenas de forma explícita, mas está também presente nas memórias e nas experiências cotidianas, afetando a psique de indivíduos e comunidades. Assim, em *Olhos D'água*, Evaristo ilustra como o racismo perpetua a invisibilidade e a dor, e por meio da resistência e da afirmação de suas identidades, as personagens buscam superar as barreiras impostas pela sociedade. b

A obra *Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e herdeiros de Ananse* (2019), da escritora paraense Zélia Amador de Deus, é uma narrativa que explora, de forma sensível e intensa, as complexidades da identidade e da luta feminina. A escritora, com sua escrita imersiva e detalhada, desconstrói as limitações sociais e culturais que circundam a mulher, especialmente, em um contexto amazônico. Anace, protagonista da obra, é uma figura marcada por sua resistência à opressão imposta por um sistema patriarcal, refletindo a busca por autonomia e a afirmação de sua identidade no seio de uma sociedade que muitas vezes a silencia.

Ao abordar questões como a ancestralidade, o pertencimento e a valorização das raízes, Zélia dialoga diretamente com a obra de autores como Bell Hooks, que em *Feminism is for Everybody* propõe que a luta feminista deve ser inclusiva, desafiando as estruturas dominantes de poder que invisibilizam determinadas vozes, como as das mulheres negras e periféricas. Desse modo, *Anace* se configura como um poderoso manifesto da voz feminina em contextos de marginalização, em que a autora se alia ao pensamento de Hooks para fortalecer sua narrativa de resistência e empoderamento. A obra de Zélia não só expõe os dilemas sociais e culturais enfrentados pela protagonista, mas também é um manifesto de resistência e resiliência, destacando a força da mulher que, apesar das dificuldades, não se deixa silenciar.

Estas obras estão substantiadas em reflexões que tratam o tema da questão étnico-racial brasileira, a partir da realidade da população negra. Elas trazem ao centro das discussões a marginalidade e a exclusão do negro nas diversas esferas da sociedade, e tratam também do resgate da ancestralidade africana como forma de contribuir na aceitação e pertencimento às matrizes Afro-brasileira e Africana. É o ponto de vista do negro, ele é o protagonista de sua própria história, ora apagado ou relegado a segundo plano na representação ficcional brasileira.

As obras e seus autores, ora citados no Quadro 1, diferente da Literatura brasileira canonizada, são espelhos que refletem a vida real do negro brasileiro. Representam mulheres

negras e homens negros que vivenciam todo tipo de marginalização, cotidianamente, e que sabem mais que qualquer outra pessoa sobre exclusão, preconceito e genocídio, pois a cor da sua pele (negra) é o alvo principal da mira do racista. Como título de exemplo, Barros (2023, p. 3) afirma que “A literatura afro-brasileira contemporânea, representada por vozes como Conceição Evaristo e Cuti, destaca-se pela exploração corajosa da intersecção entre fé e identidade” transportando o leitor para o conhecimento, reconhecimento e pertencimento das matrizes africanas e afro-brasileira.

Ao criticar a literatura oficial ou anedótica, Fanon (2008, p. 45), nos lembra que ela produz narrativas fictícias de pretos, mas não apresenta a sua verdadeira história, a qual é impossível ignorar, “Porém, ao reuni-las, não se avança na verdadeira tarefa, que é mostrar seu mecanismo. O essencial para nós não é acumular fatos, comportamentos, mas encontrar o seu sentido.” Aqui encontramos uma explicação que nos guia aos propósitos da LANBR que é mostrar o negro sem mascarar a verdade, ele na sua essência (como produtor de saberes) e na sua decadência (a imagem criada pela sociedade brasileira eurocêntrica, inferior ao branco).

É nesse ambiente que se pretende construir reflexões que possam transformar o contexto de sala de aula, adoecido muitas vezes pelo preconceito contra o negro, em um espaço de trocas culturais, de empatia e de construção de novos conhecimentos ao combate do racismo.

Posto isto, acreditamos que um ensino orientado por práticas antirracistas contribui na desconstrução de preconceitos contra o negro. Nessa jornada, obras da LANBR ajudam os alunos a rememorem o passado de escravidão e luta do negro, para que possam compreender o racismo na atualidade e construam um futuro mais empático, assim, é importante conhecer autores e obras dessa literatura e refletir sobre suas temáticas.

Quem são os professores participantes da pesquisa?

Os resultados dos dados coletados nas entrevistas demonstram quem são os participantes, bem como, refletem as suas percepções quanto ao uso da LANBR para uma educação antirracista. No Quadro 2 postulamos as primeiras informações sobre os 5(cinco) professores que participaram desta investigação.

Quadro 2: Perfil dos participantes

Identificação	Sexo	Idade	Graduação	Formação continuada	Tempo de serviço com o ensino da Língua Portuguesa/ Literatura
P1	masculino	55	Língua Portuguesa	Especialização	16
P2	feminino	29	Língua Portuguesa	Especialização	5
P3	feminino	32	Língua Portuguesa	Especialização	6
P4	masculino	45	Língua Portuguesa	Especialização e Mestrado	12
P5	feminino	37	Língua Portuguesa	Especialização	10

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Estes dados, referem-se as respostas do Grupo I de perguntas, as quais indicam que os participantes, em sua maioria do sexo feminino, têm experiência profissional por um tempo significativo, entre 5(cinco) e 16(dezesseis) anos de trabalho. As informações revelam, ainda,

que possuem formação continuada, sendo que um professor, além da especialização, possui mestrado. A formação continuada contribui para que se desenvolvam práticas docentes, com atividades que façam sentido na vida dos alunos, e isso envolve o respeito às diversas culturas. Isto é constatado nos estudos de Munanga (2005; 2006), Gomes (2005) e Candau (2008) ao confirmarem que não é possível práticas pedagógicas desvinculadas dos fenômenos que emergem da sociedade, o racismo é um deles e precisa ser discutido na escola.

No que se refere aos resultados que seguem o roteiro de entrevista do Grupo II de perguntas e demonstram as percepções dos professores em relação ao uso da LANBR. Os resultados foram descritos e as suas análises e interpretações foram conduzidas conforme as luzes teóricas que embasam este estudo, obtidas na pesquisa bibliográfica.

O que dizem os professores de Língua Portuguesa e Literatura da região metropolitana de Belém?

O nosso debate desta subseção se volta à Amazônia, com recorte à periferia da região metropolitana de Belém, Estado do Pará, um espaço marcado pela efervescência da multiculturalidade e, conseqüentemente, impregnado por preconceitos, os quais atravessam os muros das escolas públicas e afetam de forma negativa, principalmente, os alunos. Em virtude disso, é necessário refletir sobre preconceito e racismo na escola, já que se observa que o racismo contra o negro está escancarado em todas as esferas da sociedade brasileira.

Para tanto, precisamos compreender o que dizem os professores de Língua Portuguesa e Literatura que trabalham no cotidiano dessas escolas, com diversos discursos e muitos destes são de cunho racista. A percepção dos 5(cinco) participantes (P1, P2, P3, P4 e P5) está postulada nos dados gerados, os quais embasaram as descobertas de como os professores trabalham no contexto de sala de aula no combate ao racismo em consonância com o uso da LANBR como instrumento de ensino. Deste modo, os dados foram organizados em três categorias: 1- A importância de se trabalhar as relações étnico-raciais em sala de aula; 2- Formação continuada e a Lei 10639; e 3- O uso da LANBR no combate ao racismo.

1- A importância de se trabalhar as relações étnico-raciais em sala de aula

Propor atividades em sala de aula que privilegie as relações étnico-raciais é importante para P2 e P4, pois reconhecem que a escola precisa tomar para si a responsabilidade de promover o combate a qualquer tipo de discriminação, porém faltam recursos que possam contribuir nas discussões em sala de aula. Segundo P2 e P4:

(1) Os alunos de hoje já sabem o que é racismo, pois estão direto nas redes sociais e têm exemplo desse tipo de preconceito, mas eles não sabem como agir, caso aconteça com eles, e muitas vezes tem acontecido, e eles sabem disso, quando entram em alguma loja, supermercado ou shopping, eles até comentam aqui na escola. Por isso temos que falar sobre isso, temos que passar atividades que discutam sobre as relações étnico-raciais. Eu quero fazer uma aula diferente, mas não temos recurso aqui (P2).

(1) O professor precisa de recursos didáticos que possam contribuir no melhor entendimento do aluno sobre essa temática, e isso envolve textos impressos com vídeos, filmes, etc. A escola não dispõe de recursos digitais para ensino. Eu, quando faço atividades sobre relações étnico-raciais, eu sei que os alunos precisam e temos que acabar com o racismo, eu trago cópias de algum fato de repercussão nacional ou local sobre racismo e faço um debate entre os alunos, já que a nossa escola não tem recursos digitais para expor slides ou vídeos (P4).

Para estes docentes a ação de combate ao racismo na escola, mesmo sabendo da importância para a sociedade, está diretamente associada à disponibilidade de recursos didáticos e materiais fornecidos pela escola. Isto é preocupante, visto que o trabalho docente não cessa a busca por metodologias que possam contribuir na construção de saberes pelos alunos, e promover discussões sobre o racismo não pode, jamais, sair da pauta docente.

Segundo Gomes (2005, 50-51) os professores precisam debater o racismo em sala de aula “Caso contrário, continuaremos acreditando que a implementação de práticas anti-racistas no interior da escola só dependerá do maior acesso à informação ou do processo ideológico de politização das consciências dos docentes. Reafirmo que é preciso construir novas práticas.” Pois, o racismo é um crime sofisticado e as atitudes racistas são renovadas a todo instante.

Recorremos às ideias de Candau (2008), ao afirmar que a problemática da educação nas escolas está no dia a dia e possui diferentes dimensões. Neste contexto, está a função social da escola e a qualidade da educação, pois não existe educação fora do contexto cultura em que a escola está localizada e nem experiência pedagógica desconectada da realidade da sociedade. A escola e seus docentes enfrentam desafios, um deles é o racismo, mas, independentemente, da ausência de recursos apropriados, é função da escola e da prática docente, trazer para debate seja em sala de aula, seja em outros espaços da escola, discussões que esclareçam e orientem os alunos quanto às situações de qualquer tipo de preconceito contra pessoas negras.

Para P1, é necessário falar sobre racismo na escola. P3, afirma que nós professores precisamos sempre falar sobre isso na sala de aula. E P5, relatou que a escola tem o dever de tratar do racismo. Conforme P1, P3 e P5:

(1) Muitas vezes já aconteceu brigas aqui na escola por causa disso. O aluno branco chamou o aluno negro de macaco. Revoltado o aluno negro partiu pra violência, eles brigaram e ficaram machucados, foi muito rápido até o segurança da escola chegar. Nós temos falado muito sobre isso, muitas vezes nem percebemos, pois estamos atarefados ou isso acontece na hora da merenda, como realmente aconteceu. Eu sempre falo do respeito que precisa ter com o outro, é necessário falar sobre racismo na escola (P1).

(1) Nós professores precisamos sempre falar sobre isso na sala de aula, pois é necessário falar sobre racismo. Gosto de trazer textos bem atuais, procuro reportagens que possam mostrar aos alunos a realidade das pessoas que sofrem com o racismo, isso é para que eles saibam que pode acontecer também com eles. Aqui na escola se você olhar no intervalo ou entrar na sala de aula, a maioria, melhor te falando, 97% ou 98% são de alunos pretos ou negros (não sei como dizer como se chama, não sei dizer se estes são os termos corretos) ou pardos, mas, ainda têm muitos que não se consideram pretos ou negros, eu acho que eles têm vergonha (P3).

(1) É importante trabalhar estas questões que envolvem o preconceito contra as pessoas negras, pois aqui a maioria dos alunos são negros e pardos, muitas vezes já presenciamos discussões sobre isso entre eles. Os alunos precisam saber que não podem ofender o outro de nenhuma forma. Quando isso acontece eu sempre trago atividades que possam ajudar eles a entender, eles também relatam acontecimentos que ocorrem fora da escola. Há, ainda, brincadeiras sobre o racismo entre eles, mas eu sempre estou explicando que isso não é brincadeira é crime. A escola tem o dever de tratar do racismo (P5).

Os participantes P1, P3 e P5 têm a consciência de que é importante tratar do racismo na escola, pois a maioria dos alunos são pretos ou pardos e precisam compreender que atitudes

racistas, bem como, injúria racial são crimes previstos no código penal brasileiro³. Em vista disso, conhecer seus alunos e suas realidades é fundamental para que o professor desenvolva atividades que possam fazer sentido em suas vidas, e como o racismo, infelizmente, faz parte do cotidiano de muitos alunos, é preciso práticas antirracistas para combatê-lo.

Segundo Candau (2008), há uma forte tendência em cultivar um caráter homogeneizador e monocultural da escola, porém há consciência de se apartar desse tipo de movimento e constituir práticas educativas que envolva a questão da diferença e do multiculturalismo. Consideramos, que nessas práticas, a partir de um olhar voltado às situações que envolvem conflitos étnico-raciais, o professor deva propor ações que possam ajudar seus alunos a enfrentar e superar qualquer tipo de discriminação na escola e na sociedade.

A esse respeito, Gomes (2005), assevera que a escola somente conseguirá alavancar nas relações que envolve saberes escolares, realidade, social, diversidade e étnico-cultural quando os educadores entenderem a constituição do processo educacional que é composto pela ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, etc. A partir disso, reconhecemos que a escola só cumprirá a sua função social e educacional, quando formar cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, e isso inclui cumprir seus deveres e usufruir dos seus direitos, e o respeito às diversidades faz parte desta pauta.

2- Formação continuada e a Lei nº 10.639/03

Os professores participantes deste estudo possuem formação continuada em nível de especialização e um com mestrado, mas não têm nenhuma formação sobre a Lei 10.639/03, nem a escola promove esse tipo de formação aos docentes. Nas palavras de P1, P4 e P5;

(2) Quando eu finalizei a minha graduação eu demorei muito para fazer uma especialização, era muito caro, eu não tinha tempo de fazer também por conta do trabalho. Dez anos depois fiz uma especialização para me reciclar quanto ao ensino da Língua Portuguesa. Eu já li sobre a Lei (refere-se a Lei 10.639/03) e sobre o que está na LDB, e tento falar sobre o tema da diversidade trazendo textos para discutir com os alunos. Aqui temos algumas reuniões que discutimos sobre situações pontuais, mas sem cursos específicos para tratar disso, nós que temos que buscar (P1).

(2) Eu tenho três especializações na área da educação inclusiva, Língua Portuguesa e Tecnologias digitais, o meu mestrado é em Linguística. Tenho conhecimentos sobre a Lei (refere-se a Lei 10.639/03) e tento, da melhor forma possível, levar aos alunos sobre a cultura africana e afrobrasileira em textos que fazemos as atividades. Aqui na escola entre nós os professores e a direção e coordenadores sempre discutimos essa questão, e vejo que tem dado certo. Não são cursos, mas são discussões importantes (P4).

(2) Tenho especialização na Língua Portuguesa, mas quero fazer mais uma em Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois tenho pouco conhecimento na área. Já li sobre a Lei (refere-se a Lei 10639), e entendo que é preciso discutir sobre o tema, já organizamos no dia da consciência negra um trabalho com os alunos que relacionou várias disciplinas, história, geografia, arte, Língua Portuguesa, Literatura, etc. A nossa escola sempre traz essas discussões quando nos reunimos ou quando passamos por alguma situação com os alunos sobre isso. (P5).

³ Lei nº 14.532 de 11 de janeiro de 2023 - Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado [...]. [Base Legislação da Presidência da República - Lei nº 14.532 de 11 de janeiro de 2023](#).

A formação continuada é fundamental na capacitação docente, conforme Candau (2008, p. 19) há “iniciativas oficiais e de várias organizações não governamentais, algumas vezes em parceria com o poder público e ONGs, várias experiências têm sido promovidas no sentido de favorecer a incorporação da perspectiva multicultural na educação básica.” Isto decorre também da homologação da Lei nº 10.639/03 que obriga a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” como conteúdo nos currículos educacionais no Brasil, quando os alunos têm a oportunidade de (re)conhecer lutas, vivências, relações com as matrizes africanas e contribuições do negro na construção da sociedade brasileira.

Para que esta Lei seja de fato efetivada nas escolas é preciso que o professor se capacite e conheça a história do negro, e a formação continuada pode contribuir neste processo. Nas palavras de Munanga (2005):

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã (Munanga, 2005, p. 15).

As considerações deste estudioso nos permitem inferir que seja na formação inicial, seja na formação continuada, é necessário enfocar a questão étnico-racial para que o professor elimine as concepções de branqueamento nele introduzida ao longo da vida, e possibilite-o desconstruir as sementes do racismo que vêm sendo introjetadas nos seus alunos que, a cada dia são mais vigorosas, como forma de manter a branquitude no poder. Como bem aponta Candau (2008, p. 17), “A nossa formação histórica está marcada pela eliminação física do “outro” ou sua escravização que também é uma forma violenta de subalternidade,” sendo o negro, o escravizado, marcado até hoje pela marginalização por conta da cor da pele.

A responsabilidade docente diante da Lei nº10.639/03 é marcada nos discursos de P2 e P3, pois sabem que é necessário conhecê-la e cumpri-la:

(2) A minha especialização não é na Língua Portuguesa e nem na área das relações étnico-raciais, porém tenho a plena consciência de que o professor precisa se capacitar, não apenas, com uma formação específica, mas hoje há muita coisa disponível na internet que a gente pode acessar e ler e levar para sala de aula. Conheço a Lei (refere-se a Lei 10.639/03) e como professora e sujeito social, contribuo para que ela seja cumprida (P2).

(2) Quando me formei em Língua Portuguesa, não procurei logo uma especialização, pois o meu processo na licenciatura foi muito estressante só fui fazer 5 anos depois e vi que tinha parado no tempo. Fiz uma especialização em Língua Portuguesa, tratávamos muito sobre o racismo nas atividades das disciplinas, e isso foi muito bom porque de fato vi que tinha voltado ao ensino de agora. Conheço a Lei (refere-se a Lei 10.639/03), mas confesso que preciso ler mais para falar com os alunos os termos corretos e orientá-los melhor (P3).

As discussões que envolvem formação e Lei nº10.639/03, as vezes causa algum desconforto quando o docente é indagado, por mais que haja consciência, muitos ainda não ensinam aos alunos as culturas Africana e Afro-brasileira, bem como, combatem o racismo. Mas, os docentes reconhecem seu lugar enquanto mediador de saberes, sabem que são portadores da verdadeira história do Brasil, e têm o dever de conta-la aos seus alunos, já que:

Todos, ou pelo menos os educadores conscientes, sabem que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do “Outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana. Como escreveu o historiador Joseph Kizerbo, um povo sem história é como um indivíduo sem memória, um eterno errante (Munanga, 2005, p. 15).

O projeto de desmonte do racismo deve ser iniciado pela escola, desarticulando as ideias da branquitude embutidas nos livros didáticos. Isto, somente, acontecerá quando o docente se apropriar de saberes que o faça questionar esse material e tomar para si a responsabilidade de ensinar aos seus alunos, a verdade sobre a escravização negra no Brasil. Portanto, conhecer o conceito de “racismo, discriminação racial e preconceito, poderia ajudar os(as) educadores(as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola” (Gomes, 2005, p. 148).

3-O uso da LANBR no combate ao racismo

Em relação ao uso da LANBR, pela própria designação dos termos, os pesquisadores reconhecem que é uma escrita daqueles que conhecem as dores do racismo e pode possibilitar discussões importantes na sala de aula. Porém, ela é pouco utilizada por P1 e P3:

(5) Nós trabalhamos vários textos, eu seleciono textos que trazem fatos que retratam o racismo em vários contextos, os que realmente demonstram a realidade vivida pelo negro. Eu acredito que os escritores negros trazem o tema do racismo de forma mais contextualizada do que os outros escritores, pelo que já viveram, nos falta tempo para trabalhar uma obra, por exemplo, mas eu sei que nos ajudam a debater esse tema (P1).

(3) Eu utilizo mais textos e notícias jornalísticas atuais, às vezes eu trago alguma obra literária que possa levantar algumas questões sobre isso. Eu acredito que obras de autoria de negros brasileiros podem contribuir porque eles se dedicam a falar sobre o tema do racismo que é essencial aos alunos, mas eu preciso ler mais sobre esse tema e trazer para discutir com os alunos. Já li obras que falam sobre o racismo como o livro da Carolina de Jesus, mas ainda não preparei uma aula, mas vou fazer (P3).

Existem inúmeros recursos didáticos que o professor pode utilizar para contribuir na reflexão dos alunos sobre o racismo, e o uso de obras literárias é um deles, mas precisamos reconhecer, segundo Munanga (2005, p. 18), que “ninguém dispõe de fórmulas educativas prontas a aplicar na busca das soluções eficazes e duradouras contra os males causados pelo racismo na nossa sociedade.” O autor nos revela que qualquer iniciativa do professor que encoraje a luta contra o racismo na sociedade já impacta a sala de aula e contagia os alunos.

A LANBR tem também este fim, pois ela revela o sentimento do próprio negro, em especial, as suas lutas e o seu legado, sobre o seu passado de escravizado que gerou a marginalização do presente, mas que projeta um futuro de empatia e respeito por meio da educação de cidadãos conscientes. É na escola que se debate e se constrói novas formas de combate ao racismo, pois “Não há como negar que a educação é um processo amplo e complexo de construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do acontecer humano (Gomes, 2005, p. 146), e os alunos precisam ser sujeitos ativos neste contexto social.

Em seus discursos P2, P4 e P5 pontuam que já utilizaram obras da LANBR para discutir sobre racismo e marginalização do negro, e reconhecem que ela contribui com essa temática, conforme descrito, a seguir:

(3) Sim utilizo. Vários temas, eu já trabalhei com os alunos a obra Olhos D’água da Conceição Evaristo, o conto Ana Davenga que retrata a vida das

pessoas negras na favela, foi uma experiência muito boa e impactante, porque os alunos perceberam questões como a invisibilidade, a perseguição da polícia com pessoas que vivem nas favelas, as condições de vida dos negros que é precária, o racismo que é um crime, etc. essas obras escritas por negros mostram a realidade do negro né. Por isso a gente sempre está trazendo alguma coisa sobre isso (P2).

(3) A literatura tem temáticas que trazem a realidade brasileira do negro, então, temos que trazer isso pra sala de aula para que os alunos possam refletir sobre o que realmente está acontecendo com as pessoas negras, que de certa forma, é o mundo deles. Eu já fiz vários trabalhos com eles trazendo textos e literatura, inclusive, da Conceição Evaristo. Discutimos racismo, injúria racial, em diversos contextos, e vimos que os negros sejam pobres ou ricos eles são marginalizados, mas é claro os pobres estão mais vulneráveis (P4).

(3) Eu utilizo textos e literatura. já discutimos sobre o racismo no esporte, no supermercado, aqui na escola, de alguma forma a obra literária ajuda nessa discussão e os alunos gostam, eles sabem que isso acontece. Eu já trabalhei algumas reportagens e também com a turma do ano passado com a obra Quarto de despejo, da Carolina de Jesus, durante a semana da consciência negra, sobre marginalização do negro. Os escritores que trabalham o racismo sabem que as pessoas negras passam por isso e é um crime, porque o racismo parece que é um ódio difícil de dissolver (P5).

Os participantes defendem o uso dessa literatura para debater a questão do racismo, pois reconhecem que ela apresenta concepções que ajudam os alunos compreenderem os conflitos gerados na sociedade, em que muitos deles são crimes como o racismo. Candido (1995) ao defender que a literatura é um direito, nos lembra que quem crê nos direitos humanos busca transformar a teórica em realidade, quando faz coincidir uma com a outra, porém, é um absurdo saber que temos solução para tantos problemas na sociedade e não nos empenhamos nela. Assim, o que se busca com a literatura de negros é possibilitar aos alunos reconhecerem crimes e criminosos, bem como, práticas antirracista para transformarem a própria realidade.

Sobre o uso da LANBR no ensino, reconhecemos que “A literatura afro-brasileira oferece uma perspectiva única, explorando temas como a diáspora africana, a luta contra a escravidão, a resistência cultural e a busca por uma identidade própria (Barros, 2023, p. 2). Esta literatura possibilita desarticular a imagem do negro proposta pela branquitude (feio, selvagem, malandro, atraso do país, etc.) que afeta, constantemente, seu sentimento marcado pela cor, quando é “Acusado de rancor, resta a alternativa de viver acuado em si mesmo, enquanto aprende as regras da vista grossa e do escamoteamento da expressão. Na pauta do permitido todos devem se esforçar para o sustento de todas as notas da hipocrisia nas relações raciais” (Cuti, 1985, p. 15).

Tudo isto está assinalado na LANBR, a partir de concepções e/ou experiências vivenciadas por autores negros no Brasil, por isso é “É importantíssima a ocupação pelos negros e seus descendentes de espaços literários e de outros espaços igualmente culturais até então timidamente frequentados (Filho, 2014, p. 188). Além disso, a LANBR resgata a memória ancestral africana, que conforme Munanga e Gomes (2006), o resgate da história da comunidade negra não importa somente aos alunos de ascendência negra, mas ainda aos de outras ascendências, sobretudo, branca que receberão educação envenenada de preconceitos e tiveram suas estruturas psíquicas abaladas.

Por fim, “seria interessante se pudéssemos construir experiências de formação em que os professores pudessem vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal” (Gomes,

2005, p. 149). Sabemos que isto é possível, sendo necessário que as escolas incluam nos planejamentos, seja em cursos, seja em nível de pós graduação, processos educativos que capacitem professores e demais profissionais ao debate de questões étnico-raciais com os alunos.

CONCLUSÃO

As reflexões compartilhadas neste estudo emergem de um olhar crítico à realidade das relações étnico-raciais que envolvem o negro na periferia de cidades da Amazônia Paraense, tendo como objeto de estudo as percepções de professores que ensinam Língua Portuguesa e Literatura na região metropolitana de Belém, Estado do Pará. Confirmou-se nas publicações que o racismo é um crime perfeito, ancorado nas bases do mito da democracia racial que lhe fornece máscara sofisticada para vesti-lo e assim aprimora-lo, as vezes como recreação em outras se declara abertamente, então, reconhecemos a urgência de atitudes que venham desmontar este sistema que afeta as pessoas de ascendência afro-brasileira, e reverbera vigorosamente no ambiente escolar, marginalizando alunos negros.

Nas percepções dos professores, constatou-se que a escola está no centro das discussões, por isso, precisamos discutir o racismo com nossos alunos, bem como, introduzir práticas que possam contribuir com uma educação antirracista, sendo que a escola e seus professores precisam conhecer instrumentos antirracistas para promoverem processos educativos com temáticas que envolvem as relações étnico-raciais.

A partir destas constatações, acreditamos que os professores podem promover discussões positivas no enfrentamento do racismo na escola e, conseqüentemente, na sociedade utilizando a LANBR como incremento de práticas docentes antirracistas, já que ela está alinhada com a Lei nº 10.639/03. Esta literatura é uma alternativa aos professores para orientarem seus alunos em reconhecer e combater o racismo, despertar o processo de aceitação e respeito pelo outro, assim como, a autoaceitação e pertencimento das matrizes Afro-brasileira e Africana por parte dos alunos negros.

REFERÊNCIAS

DEUS, Zélia Amador de. **Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e herdeiros de Ananse**. Belém: Secult/PA, 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com>. Acesso 12 de dez. 2024.

AZEVEDO, Aluísio de. **O Cortiço**. 1. ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. 7. ed. S. Paulo: Ática, 1998.

BARROS, Atila. **A influência da cultura afro-brasileira na literatura: uma análise sobre a importância da representatividade através dos autores afro-brasileiros**. Revista Tópicos, v. 1, n. 4, 2023. ISSN: 2965-6672. DOI: [10.5281/zenodo.10359978](https://doi.org/10.5281/zenodo.10359978).

HOOKS, bell. **Feminism is for Everybody: Passionate Politics**. Cambridge: South End Press, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm#. Acesso 20 de set. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: [Microsoft Word - CP 01-04.doc](#). Acesso 20 de set. 2024.

BRASIL. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: [L9394](#). Acesso 14 de nov. 2024.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: Moreira, A. F.; Candau, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 13-37.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos: O direito à literatura**. 3ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

JESUS, Carolina de. **Quarto de despejo: diário de uma favela**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2014.

CUTI. Literatura negra brasileira: notas a respeito de condicionamentos. IN: QUILOMBHOJE (ORG.) **Reflexões sobre literatura afro-brasileira**. São Paulo: Conselho de Participação e desenvolvimento da Comunidade Negra, 1985. p.15-24. Disponível em: <https://www.cut.com.br/ensaio-literatura-negra-brasileira>. Acesso 20 de set. 2024.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. Terceira Margem, Rio de Janeiro, nº 23, p. 113-138, julho/dezembro de 2010. Disponível em: [Vista do Por um conceito de literatura afro-brasileira](#). Acesso 12 de dez. de 2024.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-46.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**: tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FILHO, Domício Proença. **A trajetória do negro na Literatura brasileira**. Estudos avançados, 18 (50), abr. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100017>.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 143-154. Disponível em: [Supremo Racismo final.indd](#). Acesso dia 20 de dez. 2024.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: **O Que é Racismo?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. São Paulo: Cobogó, 2019.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: [Supremo Racismo final.indd](#). Acesso dia 20 de dez. 2024.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Rita de Cássia de. **Mulher Negra: Racismo Estrutural e Invisibilidade**. Editora: Fundação Carlos Chagas, 2023.